



**ACÓRDÃO Nº 519/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11464/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Autazes.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas, à época
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1995/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2016.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Autazes, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

**10.2 – Aplicar Multa** ao **Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos** no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), em razão das restrições 2, 3, 4, 7, 8 e 9 constantes no Relatório Conclusivo nº 28/2018-DICAMI, nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei Estadual 2.423/96, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE;

**10.3 – Conceder Prazo** ao **Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos** de **30 dias** para recolher o valor constante no item 2, com comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 169, I, do R/TCE, autorizando a instauração de inscrição dos débitos na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento, ex vi do art. 173 do R/TCE;

**10.4 – Recomendar** à Câmara Municipal de Autazes que:

- a) Observe os prazos estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015, no que tange ao envio tempestivo, via sistema e-Contas, dos balancetes mensais e dos Relatórios de Gestão Fiscal;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 519/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- b) Observe o que preceitua a Lei 4.320/64, notadamente no que tange ao planejamento das aquisições e do controle de bens de consumo e materiais permanentes;
- c) Encaminhe no bojo das futuras prestações de contas anuais todos os documentos necessários, em observância ao art. 1º da Resolução nº 06/2009- TCE;
- d) Envide esforços no sentido de implementar um sistema de Controle Interno, considerando as exigências contidas nos arts. 31, caput, 70 e 74, caput, incisos e §1º, da Constituição da República; arts. 39 e 45 da Constituição Estadual; art. 76 da Lei nº 4.320/64; art. 59 da LC 101/2000; arts. 43 a 47 da Lei nº 2.423/96 e Resolução TCE nº 09/2016;
- e) Atualize o portal da transparência, visto que, conforme preceitua a Lei 12.527/11, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em tempo real de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

**10.5 – Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

*Vencido o Voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, acompanhando o Parecer Ministerial, pela Irregularidade das Contas e aplicação de multa ao responsável.*

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 07 de Agosto de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral